
A CONCEPÇÃO DE RACISMO EM CRIANÇAS DE 7-10 ANOS: UM ESTUDO PARA O FAZER DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10 639/03 NA REDE MUNICIPAL DE GOIANA-PE

Josélia Batista da Silva Lages

Profa. Especialista da Fac. de Formação de Professores de Goiana (Brasil)

Maria Francinete de Oliveira

Profa. Dra. da Univ. Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)

Na escola espaço de aprendizagem e convívio social por excelência são utilizadas ferramentas que facilitam a formação e o crescimento do indivíduo. A estrutura pedagógica educacional ainda pautada pela educação bancária (Freire) perpetua na educação brasileira problemas sociais diversos. Estas velhas estruturas mantiveram o racismo na centralidade da cultura branca. A introdução de políticas específicas nas novas diretrizes curriculares visa o atendimento ao conjunto dos povos brasileiros, e aponta os negros como grupo em maior nível de exclusão. Em suas lutas, exigiu, um novo fazer e novas bases, que impõe uma postura madura e reflexiva da escola, uma re-leitura da história dos afro-descendentes no mundo e a criação de mecanismos de compreensão e respeito às diferenças, metodologias participativas e a práxis. A inclusão na história oficial, da contribuição do negro, deve fazer parte dos fazeres escolares, não só como conteúdo, mas como exercício cotidiano de cidadania. O educador produto do mesmo sistema tornou-se um sujeito crítico, é preciso vencer a ausência/escassez de literatura específica, para vencer a manutenção de preconceitos e estereótipos no espaço escolar, e as questões que envolvem este fazer. Como contribuição pretendemos identificar como crianças entre 7 e 10 anos concebem o racismo. A hipótese é que são capazes de identificar/conceituar e descrever como acontece. Consideradas ingênuas, negamos-lhes o dever e o direito ao enfrentamento e a co-responsabilização, pelo seu desenvolvimento crítico e respeitoso à diversidade cultural brasileira. Extinguir a discriminação e o preconceito é tarefa de dialogicidade com à vida cotidiana das crianças, com as questões sociais evidentes, e nossos relacionamento com elas, no caso do racismo, produto e responsabilidade de cada um.

A importância do Princípio da Igualdade para o trabalho de anti-racismo nos primeiros anos no currículo do ensino fundamental, para a educação das relações étnico-raciais.

Uma educação pautada por este princípio deve privilegiar desde o início dos primeiros anos, o respeito e o convívio com as diferenças de maneira objetiva no espaço escolar. A experiência da professora e psicóloga norte-americana Janete Eliot, dialogando com suas crianças sobre os problemas sociais vividos por estas, e transformando-os em instrumento de trabalho, é uma forma simples, de convidarmos o educador a ter sua base na participação e problematização estendendo-o a sua sala de aula. Crianças pequenas também podem ser ensinadas com esta metodologia, para pensar sobre as questões sociais acerca do racismo e como este, nos afeta, revela Munanga,

[...] não é necessária a elaboração de teorias mais complexas e argumentações mais rebuscadas para enfrentar a questão do racismo, mas, a sensibilidade de perceber que ele ocorre em nosso cotidiano nas formas mais simples e brutal e que a solução dessa problemática está também no incentivo do convívio, e a utilização da escola como a base para essas transformações... (Munanga, 2005, p36).

O racismo se estruturou por meio da ideologia dominante, suas estratégias e agentes que consensualizam com a idéia de superioridade de uma raça sobre outra, manifestado na mídia, que aliado ao mito da democracia racial fizeram com que a sociedade brasileira permanecesse sem reagir ou atentar aos absurdos sociais existentes nos padrões culturais, de beleza, divisão de trabalho, e distribuição da riqueza produzida. O preconceito, (pré-julgamento) e a discriminação se reproduzem através das expressões atitudinais nas inter-relações. Segundo Jaccoud e Begin (2002), ele acontece de duas formas: direta e indireta. Direta quando derivada de atos concretos, em que a pessoa discriminada é excluída expressamente em razão de sua cor, e a indireta decorre do campo da profissionalização,

[...] aquela que redunde em desigualdades não oriundas de atos concretos ou de manifestação expressa de discriminação [...] mas, de práticas administrativas empresariais ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de grande potencial discriminatório (Jaccoud e Begin, 2002, p. 39).

De modo que as práticas de: isolamento, redução no investimento no sucesso ao ensino fundamental; emprego; condições de vida e acesso a bens e serviços, etc, discrimina, separa, distingue, viola os direitos humanos e estabelece negativamente as diferenças.

O princípio da igualdade nasce com o episódio da Independência com o objetivo de alinhar-se ao movimento republicano e democrático moderno, mas, na prática ajustou-se ao modelo de sociedade estamental e escravocrata do período colonial. Embora a abundância de exercícios doutrinários, o discurso constitucional, termina por folclorizar a norma, razão pela qual Silva enfatiza a quem de fato se dirigia os direitos

[...] no Império a primeira constituição brasileira tomava lado com a moda de monarquias enxertadas com parlamentos representativos e com direitos individuais clássicos reservados na sua integralidade apenas a nacionais homens, brancos, adultos e proprietários (Silva, 2004).

Mesmo quando a constituição imperial fez do princípio da igualdade um dos elementos do sistema constitucional da "inviolabilidade dos direitos civis, e políticos dos cidadãos brasileiros, com base na liberdade, segurança individual, e propriedade" (8º Tít. Inciso XIII, art. 179), só a República, propiciou mudanças que nos levaram a Abolição da Escravatura em 1888, e por meio do movimento militar (1981), construiu-se a primeira constituição republicana: onde *"todos são iguais perante a lei."* (§ 2º do artigo 72), marcando distância entre a retórica e a prática. Cem anos após, e igual à expansão da igualdade na constituição de 1988, a igualdade adquire consistência como: *"valor supremo de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social."* Com o objetivo de

construir uma "sociedade livre, justa e solidária," a erradicação da "pobreza e [d]a marginalização," a redução das "desigualdades sociais e regionais" e por fim a promoção do "bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (Constituição Federal, 1988, artigo 3º).

Assumindo - o princípio da igualdade – dois lugares: o de valor supremo, e, como direito protegido, a regular as relações de trabalho, licitações públicas, relações entre estados no cenário internacional, respeitando-se as diferenças entre regiões e entes federativos no cenário nacional.

[...] uma experiência constitucional da igualdade que reflita os ideais democráticos onde prevaleçam os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade jurídica [...] jamais se apague da memória dos povos [...] os atos repulsivos do passado que permitiram e incentivaram o ódio entre iguais por motivos raciais de torpeza inominável. (Silva, 2004,)

A Educação como Política Pública X O Racismo na Escola: Perspectivas

A educação tem por objeto de trabalho a formação de cidadãos, a escola lócus onde se destaca a experiência desagradável do racismo. Todos aceitam que ninguém nasce preconceituoso, e a idéia de raça, é algo ensinado culturalmente. A escola segundo ambiente de aprendizagem, é onde as crianças reproduzem as aprendizagens do entorno do ambiente familiar e comunitário. Bombardeadas, crianças negras e brancas, sofrem violência psíquica, são cerceadas do direito básico: a igualdade, e submetidas aos paradigmas promotores da falsa idéia de inferioridade de raça. Se e quando forem educadas no respeito e na igualdade em todos os níveis de vida, o mecanismo de reprodução cessará, pois não haverá exemplo doméstico de racismo ou preconceito, nem lugar para ele na escola. Ao entrarem na escola entre 7 e 8 anos as cenas aprendidas se reproduzem, agora em grupos, sob o olhar do professor, assistimos a vários processos discriminatórios, arraigados aos valores morais burgueses (referencia pejorativa à cor da pele, a pobreza, a opção religiosa, a trejeitos corporais, ausência de condições materiais, baixo rendimento escolar, ou ataque a auto-estima). Na hora das brincadeiras, nos jogos lúdicos, nos concursos de beleza promovidos pela escola, expressões discriminatórias passam a ser visíveis, promovendo um quadro de violências de caráter físico, moral e psicológico, agressões que repercutem por toda a vida escolar e fora dela. De tão imbricado na cultura o racismo aparece em todo o desenvolvimento da nossa própria história, não apenas relacionado à cor da pele, embora, esta, a razão que mais deixou uma trilha de injustiça, violência e degradação.

Andrade esclarece a utilização de livros que contem a história dos negros na perspectiva do negro. Uma vez que *“os livros infantis na sua maioria não favorece a auto-estima da criança afro-descendente e exclui o negro enquanto agente histórico numa perspectiva positiva”*, e explicita, a

[...] participação literária do negro nos livros infantis é um complicador na construção da auto-estima das crianças afro-descendentes, a sedimentação dos estereótipos preconceituosos e a aceitação ao que uma cultura basicamente branca, também dá pela exclusão dos conteúdos escolares da figura do negro e sua participação de maneira positiva na construção da história do Brasil e no mundo e isso será facilitado por um corpo docente comprometido com a causa (Andrade, 2006, 117-122).

Necessário se faz que escola e professor tenham um projeto ideológico, político-pedagógico sintonizado com a formação cidadã, a participação social, a valorização da diversidade na raça humana, e, busque tornar-se hábil mediador capaz de esclarecer dialogicamente nas inter-relações os atos de racismo. Promova o respeito pelas várias etnias, e resgate vivências, numa práxis reformuladora à sala de aula, para seus aprendizes e para si mesmo enquanto ensinante-aprendiz de uma consciência coletiva de igualdade e respeito à diferença.

A estruturação de conceitos e preconceitos na criança e a formação de sujeito social

Um comportamento é um fenômeno psicológico elaborado e manifesto por imagens, conceitos e atitudes construídas coletivamente, são atitudes/sentimentos que se situa entre o afeto e a cognição, compreendido em sua construção e manifestação - no cotidiano das relações, estas são instâncias produzidas, produtoras/re-produtoras. Ao comportarem-se os adultos encaminham as crianças, leituras que carregam em si o reforço de uma idéia negativa ou positiva. O meio social age na criança para criar nela as funções superiores de origem e natureza sociais. Vygotsky e Piaget, revelam que no processo de socialização, quando o pensamento, a linguagem e a imaginação se unem, fazem surgir às representações mentais, nascedouro da trajetória da construção do conhecimento, por isso, as crianças se inclinam por leituras de imagens visuais ou não, elas lhes favorece compreender melhor o que está sendo exposto, além de possuírem o atributo sob a qual torna presente algo que está ausente, processo que compreendendo as áreas das funções psicológicas superiores. Linguagem e imagens são ações transformadas em representações mentais, e, elementos constituintes indispensáveis para a existência da complexa trama da construção do conhecimento.

Os livros (didáticos, paradidáticos, professor (a)) são as primeiras fontes de leituras, fornecem conceitos e pré-conceitos, mas também, são estratégia e instrumento, acessados para a fundamentação da atividade reflexiva das crianças. Na relação criança-adulto o exemplo produz reforço às leituras e, se, associadas à atitude, estruturam concepções, que são internalizadas, formando uma representação mental que dirige, por conseguinte as atitudes destas crianças nas suas relações. Atitude aqui diz respeito à uma posição valorativa da pessoa (adulta) resultado do

seu processo de desenvolvimento como refere Rodrigues, resulta da combinação, de uma premissa constituída por uma crença e um valor *...essencialmente, valores derivados de outros valores [...] mais básicos, [...] internalizados anteriormente no processo de desenvolvimento* (Rodrigues, 1988).

A preocupação com as atitudes é também de Munanga, pois que sedimentam uma verdade, uma invenção/produto das culturas humanas transformada em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns povos sobre outros,

[...] o racismo mesmo presente em quase toda a história do homem não é algo natural, foi na verdade uma invenção cultural e um instrumento de dominação muito apropriado para as classes e povos que dominaram longos períodos e transferiram esse conceito até os dias atuais (Munanga, 2005, p. 11 e 39).

As crianças possuem capacidade de abstrair e perceber a relação entre concepção e os problemas sociais que as cercam, não são ingênuas no entendimento, uso de termos, sinais e comportamentos, ou quando se expressam na relação com outros coleguinhas. Ao pensar nelas como ingênuas, dificultamos o tratamento da questão do racismo, e discriminações correlatas. Adquirida a condição de sujeito social (identidade mínima de si e do grupo) às crianças podem responsabilizar-se por suas atitudes. Têm noção precisa e ajuizada do que seja um comportamento, palavra ou atitude não ética nas relações que estabelece e reproduzem na comunidade escolar. Práticas racistas são desencadeadas na convivência de crianças brancas e negras. Nas comunidades, e, na sala de aula, esta prática é originada a partir [...] *da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, estereotipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão*” (Munanga, 2005, p185). Visão capaz de desenvolver nos alunos não negros, preconceitos quanto à capacidade intelectual da população negra e, nestas um sentimento de incapacidade que pode conduzi-las ao desinteresse e insucesso.

Escola e professor não podem permanecer indiferentes aos problemas enfrentados pelas crianças negras e brancas. Ambas lêem para além das letras, as atitudes e simbologias adotadas pela sociedade (família, comunidade, escola, militância de fé ou política), A perspectiva de desconstrução exige o posicionamento diante do racismo e discriminação, como projeto de

mudança social de todos e de uma ... *educação escolar ... profundamente comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais*”, independente, [...] *dos vários grupos étnicos que compõem a sociedade* (Munanga, 2005, p.185).

O olhar de crianças de 7-10 anos sobre o racismo e a discriminação racial: A consciência e o embotamento

O trabalho foi realizado na Escola Municipal Diogo Dias, (1969). Navegador Português do século XV, que perdera-se numa tormenta e resultou no descobrimento do Cabo da Boa Esperança, segundo a Carta de Anchieta ao Brasil em 10 de Agosto de 1.500, encontrou uma ilha a qual deu o nome de São Lourenço (atual Comunidade Quilombola em Goiana). Sita a Travessa do Gravata S/N, (dois horários, manhã e tarde, 366 alunos, Ensino fundamental I e II).

Metodologicamente utilizou-se como instrumentos a observação e oficinas realizadas numa abordagem construtivista: a observação (três semanas), e oficinas (técnicas projetivas). A amostra contou com dez crianças expostas a estímulos visual, auditivo e psicomotor (música, desenho livre, atividade oral: “jogo do complete”), de ambos os sexos, idade (7 e 10) anos, 3º e 4º série do fundamental I. Os dados orais foram gravados e transcritos. Suas iniciais mudadas e para a formatação deste artigo, foram selecionadas apenas três imagens consideradas mais significativas.

JSC: (9 anos, negra) *Esse desenho eu fiz com muito carinho, são duas amigas que brincam e não tem essa coisa de não pegar na mão não, elas são amigas, elas são branca e preta”*

KLL: (10 anos, negra) *“Desenhei duas meninas que são amigas e unidas, elas são morenas”*

NOP: (8 anos, negra) *“Desenhei um menino e uma menina branco e marrom e são muito feliz”*

FML: (7 anos, negro) *“Eu desenhei uma casa e uma árvore uma nuvem, e nessa casa mora uma família muito feliz”*

RCO: (9 anos, negro) *“Esse desenho é de um menino que não tem ninguém para brincar porque ele é moreno e ninguém quer brincar com ele”.*

VRB: (7 anos, negro) *“Uma casa, uma árvore, o sol, a nuvem, um homem pescando ele é moreno e pobre”.*

AVS: (9 anos, negra) *“São minhas primas, elas são brancas, elas gostam de brincar comigo e ela pega na minha mão, mesmo eu sendo negra”.*

ALM: (9 anos, negro) *“Esse desenho é eu, e meu amigo, ele sofre porque é moreno, e, ninguém gosta dele por causa da cor dele.*



JSC: (9 anos, negra)



VRB: (7 anos, negro)



ALM: (9 anos, negro)

Das dez, sete eram negras, e três brancas quanto a cor da pele. Em sua maioria não representaram a cor negra nas gravuras. Quatro citam a cor negra e duas pintam seus desenhos na cor marrom. Duas distinguem a cor da pele como diferença; um representa a raça pelo traço: cabelo cacheado. Observa-se que há uma consciência da diferença, mas, não há uma auto-estima e orgulho, utilizam os atenuantes do racismo velado usando a graduação “morena” quando se refere a cor negra.

Elementos da cultura negra, heróis, e contribuições culturais da população afro descendente, identificado de acordo com o numero de referencia: 05 referencia a Ginga de Capoeira, 03 referencia a Zumbi, 07 referencia ao Birimbau; 03 referencia ao Atabaque; e 01 referencia a Iemanjá.

No jogo do complete: “*Para mim racimo é...*”, 05 crianças representaram o racismo como atitude de conteúdo ético-moral (vergonha, feiúra, não gostar, determinação) 02 sócio-políticos negativo (não pega na mão, negro é doente) e 03 de cunho hereditário. (nasceu negro, nasceu assim, puxei a minha avó).

O discurso e desenhos apresentaram uma qualidade textual e intrigante, comprovando que há nelas um conhecimento cognitivo-afetivo completo na descrição do racismo. As representações corresponderam aos símbolos aprendidos, aplicados às subjetividades aqui presentificada. Nota-se um raciocínio completo quanto a assimilação, acomodação e associação, na contextualização das questões, do preconceito, embora, sua consciência apresente-se embotada pela ordem social da negação, como segue: **Social** relacionaram a condição de classe à pobreza, a pobreza e a cor: (*ele é moreno, é pobre*); **Político**: à classe: (*ele é pescador e é moreno*), **Sócio-afetivo**: (*os brancos não gostam; tem gente que não gosta de negro; não pega na mão da gente porque agente nasceu negro*). **Ético-moral**: (*coisa muito feia; o branco tem vergonha de negro; não gosta de negro porque pensa que o negro é doente*) e **Identitário-hereditário**: (*é assim, eu nasci negra, porque eu puxei a minha avó; agente é negro porque nasceu assim; os brancos não gostam, mas agente nasceu assim*).

Conclusão

A estruturação da concepção de racismo envolve o conhecimento cognitivo-afetivo completo nas crianças, no discurso socialmente construído, apareceu representado de forma *objetiva e subjetiva*. Mostrou a consciência de uma atuação de si no mundo e para o outro. Desse modo crianças podem passar rapidamente como diz Munanga, de ... *vitimas conscientes ou inconscientes dos preconceitos que permeiam a nossa sociedade*, para a condição de cidadãos livres, conhecedores/respeitadores dos direitos.

A resignação, baixa auto-estima, vivência de dificuldade de aceitação e pertencimento, apontam o sofrimento destas na busca pelo acesso ao direito a igualdade como prática, e uma escola protetora. O estudo confirma sua hipótese e aponta para uma práxis pedagógica de enfrentamento, e co-responsabilização onde o sistema educacional tem um papel re-estruturador da condição humana digna, o resgate de uma cidadania plena, afirmada no respeito às diferenças

nas relações cotidianas pautadas nos princípios constitucionais da igualdade, equidade, e justiça social.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a auto-estima da criança negra (117-124) In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, Brasília: 2005 204p.

BRASIL. Ministério da Educação. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Ministério da Educação, Brasília: 2005. 292p.

COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI Álvaro. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. trad. Francisco Franke etneri E Marcos A. G. Domingues. Artes Médicas, Porto Alegre:1995. 356 p.

Educação & Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Vygotsky – O manuscrito de 1929 Temas sobre a Constituição Cultural do Homem. Cebes, nº71, 2000, 273p.

JACCOUD, L. e BEGHIN, Nathalie. Desigualdades Raciais no Brasil: Um Balanço da Intervenção Governamental. IPEA, Brasília: 2002. 152p.

MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade, Brasília: 2005. 204p.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. Scipione, São Paulo, 1997. 111p.

RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social. Vozes, Petrópolis: 1988.

SILVA, Maria Vieira. O Enfoque do Negro no Currículo Escolar: algumas possibilidades de ressignificação. Revista de Educação popular. nº3, Setembro Uberlândia: 2004. 13p.

VYGOTSKY, Lev. Psicologia da Arte. Martins Fontes. São Paulo: 2001. 29 p.